



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681253 - PR (2021/0225670-7)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : FERNANDO BOBERG
ADVOGADO : FERNANDO BOBERG - PR028212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : WESLEY RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)
CORRÉU : SIMONE DA SILVA LEITE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WESLEY RODRIGUES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Apelação Criminal n. 1.352.507-4).

O paciente foi condenado como incurso no crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06 à pena de 7 anos de reclusão e ao pagamento de 700 dias-multa.

O impetrante sustenta que "*O PACIENTE foi preso com 7 gramas de crack e uma porção irrisória de maconha e mesmo assim, a Douta Autoridade Coatora manteve o aumento de 1 ano em sua pena base pela condenação do crime do artigo 33 da Lei 11.343/2006 em flagrante violação ao artigo 59 do CP e artigo 42 da lei 11.343/2006.*" (fls. 5)

Requer, liminarmente, e no mérito, a concessão da ordem para redução da pena base em 1 ano.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente